

1

Introdução

Half my life is an act of revision.

John Irving

Em nossa contemporaneidade de tempos pós-estruturalistas, em que predomina um ideário não-imanentista sobre a construção do significado com a intervenção de vários fatores e personagens, um tema constante nas discussões dos Estudos da Tradução é a questão da (in)visibilidade do tradutor e sua participação na construção do sentido do texto. No entanto, a revisão ainda é vista como uma etapa acessória no processo tradutório e uma atividade imparcial e não-interventora, que vem sendo praticamente ignorada pelos teóricos da área.

A revisão é geralmente descrita como a etapa em que erros tipográficos são corrigidos e o estilo do texto é adequado aos padrões do cliente e às necessidades do público. Uma rápida pesquisa em manuais de revisão e *sites* de empresas que prestam este tipo de serviço pode ilustrar bem a idéia geral que se tem da revisão como uma atividade que busca a não-intervenção e a neutralidade:

Uma boa revisão de texto leva em consideração não apenas a forma do texto, com a correção ortográfica e gramatical, mas também aponta sugestões para aprimorar a estrutura e a coerência do que foi escrito.

[...]

A revisão de texto profissional considera sempre o estilo de quem escreveu, afinal, as idéias também são expressas por determinadas características e ritmos de escrever, próprios a cada autor. Uma orientação de texto de qualidade deve ter em vista esse aspecto, *uma vez que o sentido do texto é dado pelo autor, e não pelo revisor de textos*. (<http://www.revisaodetexto.com.br/index.html>, grifo nosso)

3. Não questione se uma frase *pode* ser melhorada, mas se ela *precisa* ser melhorada. Faça o menor número de modificações possível, com base nos leitores da tradução e no uso que eles farão dela.

[...]

16. Ao revisar o trabalho de terceiros, não faça modificações que você não consiga justificar.

[...]

17. Não imponha sua própria abordagem de tradução aos outros.

[...]

18. Não imponha suas idiossincrasias lingüísticas aos outros (Mossop 2001, p. 149).¹

Como vemos nos exemplos acima, retirados de um site de uma empresa de revisão e de um manual de revisão para tradutores, respectivamente, espera-se que a revisão interfira o mínimo possível no texto, visto que o sentido deste é “dado pelo autor, e não pelo revisor”, e que o revisor seja capaz de controlar suas idiossincrasias e sua abordagem do objeto em questão, para que elas não sejam impostas ao texto de outrem.

Essa noção da revisão como uma atividade obrigatoriamente neutra e invisível não é uma exclusividade do público leigo nem do senso comum, sendo compartilhada até por profissionais que reivindicam sua própria visibilidade e lutam contra a demanda por neutralidade, como é o caso dos tradutores. Em artigo sobre a relação entre revisores e tradutores, Anderson ressalta essa postura da parte destes últimos:

apesar de muitos tradutores virem lutando para desconstruir a idéia vigente no senso comum de que são meros copistas, ressaltando a inevitabilidade de sua intervenção no texto-fonte, parecem recusar-se a aceitar que o copidesque, por sua vez, intervenha no texto traduzido. Mesmo que quisesse, seria possível para o copidesque anular sua própria interpretação do texto, além de todo o contexto no qual se insere, a fim de ir sempre ao encontro das decisões e desejos do tradutor? (Anderson 2005, p. 51).

Segundo a autora, muitos tradutores assumem, em relação à revisão de seus trabalhos, a visão que tanto criticam do autor como fonte única do significado. Em entrevistas conduzidas por ela, alguns tradutores mostram sua posição de donos do texto traduzido e se indignam com a intervenção feita pelos revisores em seu trabalho:

O revisor tem de ser neutro pela natureza de seu trabalho. Se ele não conseguir manter neutralidade desde o início, não pode ser revisor. Eu, como tradutora, cobro respeito pela minha escolha de tradução (Regina Motta, tradutora) (Anderson 2005, p. 37).

¹Todas as obras em outras línguas citadas ao longo do trabalho terão traduções nossas.

Outros tradutores, por outro lado, reconhecem a inexorabilidade da intervenção na atividade do revisor:

Se a situação está longe do ideal, isso se deve [...] a uma falta de iniciativa por parte dos tradutores, no sentido de aceitarem a revisão como uma leitura responsável e indispensável e de discutirem as alterações a serem feitas sem a vaidade que marca a atitude ingênua daquele que acredita que o texto é só seu (João Azenha, tradutor) (Anderson 2005, p. 51).

Porém, apesar de predominarem as visões de revisão como algo neutro, invisível e acessório, veremos aqui que, assim como a tradução e todas as práticas humanas, a revisão não consegue ser uma atividade não-interventora, livre da interferência construtora de sentido pragmática e idiossincrática do revisor. No entanto, ressaltamos que, quando nos referimos aqui a uma visibilidade do revisor, não temos em mente o sentido venutiano — em que estratégias de visibilidade do tradutor ou, no caso, do revisor são intencionalmente inseridas no texto como forma de posicionamento político —, e sim o de uma visão não-imanentista de significado, em que a intervenção de todos os participantes do processo contribui para a construção do sentido.

Se formos ainda além em nossa discussão, veremos que a revisão é uma prática não só interventora, mas também prescritiva até determinado ponto, pois a linguagem é um fenômeno regido por regras de correção que devem ser seguidas, e cabe ao revisor a tarefa de adequar o texto a elas. E, em virtude disso, a revisão lida com conceitos longe de incontroversos, como erro, avaliação, fidelidade, original etc.

Nosso objetivo no presente trabalho é discutir a natureza interventora da atividade do revisor através da análise comparativa de textos traduzidos, antes e depois de passarem pelo processo de revisão. Para embasar nosso debate, nos debruçamos sobre perspectivas teóricas não-imanentistas do significado, mais especificamente, o pragmatismo de inclinação wittgensteiniana.

Precisamos, entretanto, fazer antes algumas ressalvas sobre a nomenclatura que adotamos nesta pesquisa. Como observa Anderson, há uma grande variação terminológica, devido à inexistência de padronização, em relação aos profissionais do processo de editoração de um texto. Em seu artigo, ela adota as seguintes definições:

- a. Copidesque — Aquele que se encarrega de fazer o cotejo da tradução com o original a fim de verificar eventuais erros de interpretação, redação, saltos etc. Ele busca também manter a consistência e o estilo, além de adequar o texto a glossários e linhas editoriais. [...]
- b. Revisor — Aquele que faz a avaliação somente da tradução, sem cotejo, sobretudo para verificar se o tradutor conseguiu adequá-la satisfatoriamente à língua-meta e para corrigir eventuais deslizes gramaticais.
- c. Revisor técnico — Aquele que, na condição de especialista em áreas específicas do saber, avalia a pertinência e adequação dos termos e conceitos técnicos.
- d. Preparador — Aquele que lida apenas com os elementos gráficos do texto. Em algumas editoras, no entanto, esse termo é utilizado como sinônimo de *copidesque*. (2005, p. 39)

No entanto, devido ao nosso *corpus* ser composto por material oriundo de diferentes áreas do mercado de tradução, e devido às diferentes nomenclaturas adotadas em cada uma dessas áreas, optamos por adotar apenas o termo **revisor** para identificar todos os profissionais envolvidos nas etapas textuais posteriores à tradução e anteriores à apreciação final do editor ou do cliente. Acrescentamos ainda que utilizamos aqui o termo **avaliação** como equivalente ao termo **revisão**, podendo o conceito de um ser tomado pelo conceito do outro, pois entendemos a atividade da revisão como uma forma de avaliação do texto.

Tendo assim delimitado e orientado nosso estudo, vejamos a seguir como ele se encontra organizado.

No capítulo 2, debatemos as perspectivas teóricas em que nos baseamos, apresentando algumas discussões e tomadas de posição que elas implicam e alguns conceitos-chave para nossa análise. Iniciamos o capítulo fazendo um breve panorama teórico das perspectivas do significado que guiam nosso trabalho, comparando as visões imanentista e não-imanentista, discutindo a necessidade de se evitar uma tendência cética, a que abordagens radicais como a desconstrução podem abrir caminho, e propondo uma visão pragmatista de inclinação wittgensteiniana como uma saída profícua para nosso embasamento teórico. Seguimos debatendo a necessidade de modelos teóricos não-radicais que não pendam nem para um essencialismo, nem para um ceticismo, e aceitem uma certa flexibilidade e falibilidade ao descrever e reger a prática. Em seguida, abordamos

visões desconstrutivistas sobre o logocentrismo e, logo depois, abordamos os conceitos de tradução, adaptação e erro como as bases para a prática da revisão. Finalmente, sugerimos uma visão de avaliação de tradução com base na analogia wittgensteiniana de jogo e nos conceitos de regra, critérios e certeza, como propostos por Wittgenstein.

No capítulo 3, começamos propondo uma classificação das intervenções do revisor que adotaremos na análise dos dados. Debateremos aí a resistência que os dados apresentam a uma classificação, os critérios que adotamos para viabilizá-la e a possibilidade de uma categorização sem rigidez. Em seguida, fazemos a análise comparativa do *corpus* coletado, dividido pelos diferentes tipos de tradução: programas de TV a cabo, obras literárias e obras técnicas — guia de vinhos e manual de contratação. Em todas as seções, damos início fazendo uma caracterização do revisor e do processo tradutório de cada tipo de material e seguimos apresentando exemplos comentados das análises comparativas de cada uma das traduções.

O capítulo 4 traz nossas considerações finais, retomando o debate sobre a visibilidade do revisor, agora numa perspectiva mais prática, e indicando aspectos para uma discussão, em possíveis trabalhos futuros, de um ideal de perfil do revisor e sua relação com o processo tradutório.

Com este trabalho, pretendemos contribuir para o debate acerca das etapas do processo tradutório e, em especial, da tarefa do revisor de tradução. Nossa intenção é defender que a revisão é uma tarefa interventora — assim como todas as outras fases do processo tradutório — que deve ser pensada e problematizada à luz de teorias flexíveis e que não deve ser vista como uma atividade acessória e invisível.